

Volume 2
FUNDAMENTOS
DA EDUCAÇÃO:
Recortes e Discussões

Paulo Gomes Lima
Silvio Cesar Moral Marques
(orgs.)





Volume 2
**FUNDAMENTOS
DA EDUCAÇÃO:
Recortes e Discussões**

Paulo Gomes Lima
Silvio Cesar Moral Marques
(orgs.)

PACO  EDITORIAL

Conselho Editorial

PACO  **EDITORIAL**

Av Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Profa. Dra. Andrea Domingues
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna
Prof. Dr. Carlos Bauer
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha
Prof. Dr. Fábio Régio Bento
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa
Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Romualdo Dias
Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

©2015 Paulo Gomes Lima; Silvio Cesar Moral Marques (Orgs.)

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

L7324 Lima, Paulo Gomes; Marques, Silvio Cesar Moral
Fundamentos da Educação: recortes e discussões II/Paulo Gomes Lima;
Silvio Cesar Moral Marques. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

364 p. Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8148-797-7

1. Fundamento da Educação 2. Pedagogia 3. Didática e formação de professores 4. Pensamento Pedagógico. I. Lima, Paulo Gomes; Marques, Silvio Cesar Moral

CDD:370

Índices para catálogo sistemático:

Educação-Pedagogia	370
História social	306.09

IMPRESSO NO BRASIL
PRINTED IN BRAZIL
Foi feito Depósito Legal

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
Capítulo I	
A educação para os povos primitivos.....	21
<i>Elicio Gomes Lima</i>	
Capítulo II	
A educação chinesa.....	39
<i>Gabriel Lomba Santiago</i>	
Capítulo III	
A educação hindu.....	53
<i>Rute de Carvalho Angelini</i>	
Capítulo IV	
A educação egípcia.....	71
<i>Vânia Lúcia Ruas Chelotti de Moraes</i>	
Capítulo V	
A educação hebraica.....	85
<i>Rubens Rodrigues Lima</i>	
Capítulo VI	
A educação heroica – a Odisseia e a Ilíada.....	93
<i>Flávia Leila da Silva</i>	
Capítulo VII	
A educação cívica – Esparta e Atenas.....	105
<i>Izabel de Carvalho Gonçalves Dias</i>	
Capítulo VIII	
O pensamento pedagógico de Sócrates.....	121
<i>Carolina Aparecida Rosa</i>	
Capítulo IX	
O pensamento pedagógico de Platão.....	135
<i>Kleyton Carlos Ferreira</i>	
Capítulo X	
O pensamento pedagógico de Isócrates.....	147
<i>Telma Elizabete de Moraes</i>	

Capítulo XI	
O pensamento pedagógico de Aristóteles.....	165
<i>Paulo Gomes Lima</i>	
Capítulo XII	
O pensamento pedagógico helenístico.....	181
<i>Cristiane de Sá Dan</i>	
Capítulo XIII	
A educação romana.....	195
<i>Meira Chaves Pereira</i>	
Capítulo XIV	
O pensamento pedagógico de Santo Agostinho.....	203
<i>Noêmia de Carvalho Garrido</i>	
Capítulo XV	
O pensamento pedagógico na ordem dos beneditinos (São Bento de Núrsia).....	219
<i>Silmara Aparecida Lopes</i>	
Capítulo XVI	
O pensamento pedagógico na ordem dos dominicanos..	237
<i>Mariclei Przyłepa</i>	
Capítulo XVII	
O pensamento pedagógico na ordem dos franciscanos..	255
<i>Ester Chichaveke</i>	
Capítulo XVIII	
O pensamento pedagógico de Santo Tomás de Aquino..	273
<i>Paulo Gomes Lima</i>	
<i>Lilian Tatiane Candia de Oliveira</i>	
Capítulo XIX	
Elementos da educação moral religiosa medieval: os bestiários.....	287
<i>Silvio Cesar Moral Marques</i>	
Capítulo XX	
A educação na Alta Idade Média.....	299
<i>Sonia Maria Borges de Oliveira</i>	

CAPÍTULO XI

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE ARISTÓTELES

Paulo Gomes Lima

INTRODUÇÃO

"[...] há pontos de vistas opostos sobre a prática pedagógica. Não há um consenso geral sobre o que os jovens devem aprender, seja em relação à civilidade, seja em relação a uma vida melhor; tampouco fica claro se a educação deve estar dirigida mais para o intelecto que para a afetividade ou a construção do caráter. O problema tende a se complicar e há muita polêmica e insegurança sobre o como deveríamos fazer"
(Aristóteles – A Política)

Em sua obra *A Política*, Aristóteles trabalha sobre a doutrina do Estado, desde a sua concepção propriamente dita, assim como as formas que podem caracterizá-lo e nessa perspectiva discorre sobre os principais direitos e deveres que o “cidadão” deve exercer a fim de que o “todo” (Estado) possa ajudar as “partes” (cidadãos e instituições) e vice-versa. Nesta mesma obra, destacamos a presença de um capítulo intitulado “Da eugenia e da educação”, por denotar uma preocupação toda especial do estagirita, uma preocupação com a educação de sua época. Preocupação esta que o mobilizou a elaborar alguns “requisitos ideais” para que, dentro de sua óptica, houvesse benefício tanto para o aluno (cidadão em formação) quanto para o Estado. Entretanto, para que discorramos com mais propriedade sobre este

ponto específico que o “nosso autor” destaca, necessário se faz conhecermos um “um pouquinho” mais de Aristóteles, de sua vida, sua essência filosófica e o que produziu em sua contemporaneidade, desta maneira, organizamos o presente esforço em três partes complementares, a saber, 1) biografia, características e obras; 2) Compreendendo a eugenia e a educação aristotélica; e 3) O processo educativo.

1. BIOGRAFIA, CARACTERÍSTICAS E OBRAS DE ARISTÓTELES

* 384 a.C. em Estagira, na Calcídia.

+ 322 a.C. em Calcis, na Eubéia.

Da união de Nicômaco e Festis, ambos da corporação dos asclepiadeos, isto é, daqueles que exerciam a medicina, nasceu Aristóteles. Reale (1985, p. 12) afirma que o pai de Aristóteles, segundo a tradição, era muito influente, pois, além de se destacar em sua profissão, escreveu muitos livros de medicina, inclusive um livro de *física*, além do mais era amigo e médico do rei dos macedônios, Amintas (pai de Filipe, seu sucessor), que requereu que Nicômaco e, por conseguinte, toda a família, inclusive Aristóteles, fossem morar em Pella, cidade que servia como residência oficial dos reis macedônios. Entretanto, Aristóteles não permaneceu durante um longo período nesta cidade, pois os seus pais faleceram, estando ele em pleno vigor de sua juventude.

A partir deste evento em sua vida, Aristóteles vai para a Academia¹⁴ platônica no ano de 367/66 a.C., onde permanece durante vinte anos, compartilhando o saber filosófico e elaborando o que seria *a posteriori* sua própria essência filosófica. Em 359 a.C., Filipe assume o governo da Macedônia no lugar de seu pai e avan-

14. Fundada em 387 a.C. na cidade de Atenas por Platão (ver *Os Pensadores*, 1999, p. 29).

ça conquistando a Grécia, três anos mais tarde (356 a.C.) nasce seu filho Alexandre (que seria considerado “o grande” conquistador macedônio), na cidade de Pella, capital da Macedônia. Nove anos depois Platão morre (347 a.C.) e seu sobrinho Spêusippo torna-se o chefe da Academia; triste¹⁵ com isso Aristóteles deixa Atenas e dirige-se para a cidade de Assos, que era governada pelo tirano Hérmiás, ex-integrante da academia de Platão e ex-escravo, permanecendo por lá de 347 a.C. até 344 a.C., neste último ano Hérmiás é assassinado por um general persa e Aristóteles casa-se com Pythia, sobrinha de Hérmiás e dirige-se para a cidade de Mítilene, onde permanece por um ano (344/43 a.C.).

Em 343/342 a.C., Aristóteles recebe um convite de Filipe da Macedônia para que se tornasse professor de seu filho Alexandre que estava com 13 anos de idade. Ele aceita o convite e durante sete anos ministra aulas na corte de Filipe (Pereira, 1990, p. 24). Em 336 a.C., Filipe é assassinado e Alexandre, aos 19 anos de idade, assume o trono. Sem o seu aluno, em 335 a.C. Aristóteles volta a Atenas e funda a sua própria escola, o Liceu, também conhecida como perípato (uma vez que as aulas eram ministradas quando mestre e alunos caminhavam). Por sua vez, Alexandre “o grande”, a partir de 334 a.C., inicia suas conquistas (em 333 a.C. vence em Isso e invade a Fenícia, em 332 a.C. conquista Tiro e depois o Egito), mas em 323 a.C., aos 34 anos, ele é morto em Babilônia e um ano depois Aristóteles morre em Cálcis, na Eubeia, ilha do mar Egeu. Aristóteles teve dois filhos: uma menina com Pythia, a quem deu o mesmo nome, e, após a morte de sua primeira esposa, começa a viver com uma senhora de nome Herpyllis, que teve um filho a quem Aristóteles colocou o nome de seu pai: Nicômaco.

A essência filosófica de Aristóteles, embora tivesse vivido vinte anos ao lado de Platão, baseava-se em conceitos e ideias

15. Apesar de se entristecer por não ser “o escolhido” para ocupar a liderança da Academia, a partir desse desligamento, o desenvolvimento das opiniões e ideias de Aristóteles floresceram consideravelmente (Allan, 1970, p. 11).

*sui generis*¹⁶. Seu referencial de estudo era “o ser, enquanto ser e suas relações com o outro e com o universo”. Com esta assertiva concorda Hessen (1987, p. 11), declarando que a base da essência filosófica de Aristóteles:

[...] dirige-se de preferência para o conhecimento científico e seu objeto: o ser. Na base da sua filosofia encontra-se uma ciência universal do ser, “a filosofia primeira” ou metafísica, Essa ciência ensina-nos acerca da essência das coisas, as conexões e o princípio último da realidade. Se a filosofia platônica pode caracterizar-se como uma concepção do espírito, deverá dizer de Aristóteles que a sua filosofia se apresenta, antes de tudo, como uma concepção do universo.

A influência e a força da filosofia aristotélica podem ser percebidas nas obras de Descartes, Espinosa, Leibnitz, Schelling e Hegel (Hessen, 1987, p. 12) e ainda indubitavelmente em escritos de nossa contemporaneidade, dada a constatação do “Aristóteles sempre vivo” na literatura filosófica corrente. Para termos uma pálida ideia da “produção científica” deste personagem, fizemos o levantamento de suas principais obras até então encontradas pelos arqueólogos e que com certeza influenciaram o pensamento de sua época, ao mesmo tempo que amadureceram “o pensar” dos pensadores (políticos, filósofos, professores...) dos séculos posteriores, contribuindo significativamente de várias maneiras às distintas áreas do conhecimento.

O conjunto das obras de Aristóteles divide-se em duas partes: *escritos exotéricos* (voltados para o público em geral) e *escritos esotéricos* (muito mais trabalhados e voltados para os alunos do Liceu e da Academia, portanto, de maior rigor filosófico e científico). Este conjunto abrange as seguintes obras¹⁷:

16. Para uma compreensão mais aprofundada do saber aristotélico, indicamos a leitura de Rohden (1997) e Morrall (1981).

17. Ver Reale (1985, p. 180-182).

Fundamentos da Educação

<ul style="list-style-type: none"> - Categoriae - De interpretatione - Analytica priora - Analytica posteriora <ul style="list-style-type: none"> - Topica - De sophisticis elenchis - Physica - De caelo - De generatione et corruptione - Metereologica <ul style="list-style-type: none"> - De mundo - De anima - De sensu et sensibili <ul style="list-style-type: none"> - De memoria et reminiscencia - De somno - De somniis - De longitudine et brevitate vitae 	<ul style="list-style-type: none"> - De juventute et senectute - De vita et de morte <ul style="list-style-type: none"> - De respiratione - De spiritu - História animalium - De partibus animalium <ul style="list-style-type: none"> - De motu animalium - De incesso animalium <ul style="list-style-type: none"> - De generatione animalium - De coloribus - De audibilibus - Physiognomonica <ul style="list-style-type: none"> - De plantis - De mirabilibus auscultationibus - Mechanica - De divinatione per somnum 	<ul style="list-style-type: none"> - Problemata - De lineis insecabilibus <ul style="list-style-type: none"> - Ventorum situs - Xenophane, Zenone, Gorgia <ul style="list-style-type: none"> - Metaphysica - Ethica Nichomachea <ul style="list-style-type: none"> - Magna moralia - Ethica Eudemea <ul style="list-style-type: none"> - De virtutibus et vitiis - Politica - Oeconômica <ul style="list-style-type: none"> - Rhetorica - Rhetorica ad Alexandrum <ul style="list-style-type: none"> - Poetica - Fragmenta - Atheniensium república
---	---	---

Diálogos:		Obras filosóficas:
<ul style="list-style-type: none"> - Grilo ou sobre a retórica - Simpósio - Sofista - Eudemo ou sobre a alma - Nerinto - Erótico 	<ul style="list-style-type: none"> - Alexandre ou sobre as colônias <li style="padding-left: 20px;">- Político - Sobre os poetas - Sobre a filosofia Sobre a justiça 	<ul style="list-style-type: none"> - Sobre o bem - Sobre as ideias - Sobre os pitagóricos - Sobre a filosofia de Arquitas - Sobre Demócrito
	Obras lógicas	
<ul style="list-style-type: none"> - Protréptico (exortação à filosofia) - Sobre a riqueza - Sobre a oração - Sobre a nobreza do nascimento - Sobre o prazer - Sobre a educação - Sobre a monarquia 	<ul style="list-style-type: none"> - Sobre os problemas <li style="padding-left: 20px;">- Divisões - Apontamentos para argumentações <li style="padding-left: 20px;">- Categorias Sobre os contrários 	

2. COMPREENDENDO A EUGENIA E A EDUCAÇÃO ARISTOTÉLICA

Etimologicamente, *eugenia* procede do grego, da junção do prefixo *eu* – (belo, bom – no sentido de bondade e de melhoria) com o substantivo feminino *guenéia* – (raça, origem, geração, evolução), resultando a *eugenia*, que significa “a melhoria da raça”, ou como traz Ferreira (1986, p. 734), “[...] eugenia é a ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento da raça humana”. Na visão aristotélica, a eugenia é responsabilidade do legislador, entendendo-se este como o poder social supremo, cuja atribuição central, sob o prisma da eugenia, deve ser a de “cuidar principalmente de formar pessoas honestas, pro-

curar saber por quais exercícios tornará honestos os cidadãos e sobretudo conhecer bem qual é o ponto capital da vida feliz”¹⁸.

A partir de um entendimento dicotômico do homem [(alma, mente, razão) e somata (corpo)], Aristóteles justifica a relação implícita da eugenia com a educação. A primeira enfocada como “ponto-chave” no desenvolvimento das virtudes do homem de bem e a segunda como instrumento ou processo subordinado que levaria a “cabo” o objetivo da primeira (neste contexto, poderíamos afirmar que a “eugenia” possui a “razão” enquanto que a educação, “obediência”).

Para Aristóteles, o plano que “[...] deve dirigir a educação das crianças e a disciplina de todas as pessoas que dela precisam [...]” patamariza-se numa crença também dicotômica e “equilibrada”, ou seja, deve favorecer a capacitação das pessoas “[...] a tratar dos negócios e guerrear, mas que se prefira sempre o repouso aos negócios; a paz à guerra, e as coisas honestas às coisas úteis e até necessárias” (p. 56).

A educação deve ter como finalidade básica conduzir à prática das virtudes pacíficas, como ao trabalho e ao repouso. Cabe ao legislador inculcar em seu povo que “o que é bom para cada um também o é para o Estado” e vice-versa. A guerra somente é justificada quando utilizada para “preservar a si mesmo da servidão e também tornar-se útil¹⁹ aos vencidos”, para que assim seja, isto requererá temperança do Estado, no entanto, mais ainda coragem e paciência, pois, “[...] os que não tem coragem para se expor aos perigos tornam-se escravos de seus agressores”

18. Esta seção baseia-se na obra *A Política* de Aristóteles, especificamente no livro II, no capítulo “Da eugenia e Da educação”.

19. Para Aristóteles, o escravo é uma propriedade produtiva, sendo sua escravidão conveniente e justa, uma vez que não saberia administrar sua liberdade, assim fica ao encargo de seu senhor, por sua “superioridade na vida política e nas artes” dominar e determinar o destino subserviente do “fraco por natureza” (Ver Coleção “Os Pensadores”, 1999, p. 153-157).

(p. 57-58). Nesta visão, a guerra é encarada como luta pela liberdade, luta pela dignidade de não se submeter aos opressores (para o homem de bem, naturalmente).

Deve-se fazer bom uso da filosofia, da moderação e da justiça nos tempos de paz ou de guerra, mas principalmente nos tempos de paz, pois a guerra força os homens à justiça e à temperança, enquanto que a paz torna os homens indolentes, necessitando administrar com mais propriedade estas virtudes se quiserem ser felizes e alcançar a paz e o repouso, como maiores bens do que a guerra (p. 58-59). Em outras palavras, o homem deve procurar sempre o equilíbrio, utilizando a filosofia como agente moderador que deverá promover tal processo. A natureza, o hábito e a razão para Aristóteles são os meios de se obter os verdadeiros bens. E estes meios são adquiridos mediante a geração. A natureza faz com que a geração (*gennaw*) se efetue, o corpo então é formado e no corpo a faculdade²⁰ não iluminada da alma se desenvolve dando origem aos hábitos, que por sua vez também se dividem em dois: os apaixonados ou provindos da sensibilidade e os intelectuais. O raciocínio e a inteligência, próprios da “parte iluminada da alma”, se desenvolverão com o passar do tempo, constituindo o indivíduo capaz de exercer a virtude e os verdadeiros bens (paz e repouso).

2.1 Sobre a regulamentação dos casamentos e dos nascimentos

Em sua maneira eugênica de conceber o funcionamento do Estado, Aristóteles atribuía ao legislador (soberano) todas as obrigações determinantes da sociedade, para que estas se efetuassem de “forma harmoniosa”. Obrigações determinantes seriam toda

20. A alma na visão aristotélica é dividida em duas partes: “uma iluminada pela razão”, que será a última e principal no desenvolvimento humano, vinda com a idade e a outra “que não tem esta luz”, que desenvolve os hábitos (Ver Aristóteles, 1991, p. 59).

e qualquer ação que deveria ser exercida para melhor controle e funcionamento ótimo da sociedade, envolvendo a vida particular e coletiva dos indivíduos. E dentre estas obrigações está a regulamentação dos casamentos e nascimentos, estabelecendo critérios bem definidos para que estes acontecessem dentro da prescrição previamente traçada pelo governante. Dentre elas, destacamos:

- a necessidade dos noivos terem maturidade e força compatíveis (os dois devem estar em boas condições físicas e psíquicas para gerar);

- quanto à sucessão dos filhos, não deve haver uma grande distância de idade entre estes e seus pais, nem uma grande proximidade dos pais com os filhos, porque isto acarretaria falta de reconhecimento aos progenitores e problemas na administração do lar respectivamente (assim, até 50 anos, passados 4 ou 5 anos os pais deveriam parar de procriar, evitando também ter filhos débeis);

- a união de adolescentes não é aconselhável, dado que os filhos destes nascem ou imperfeitos ou natimortos, além das moças morrerem em maior número por ocasião do parto e outras moças, pela precocidade da prática sexual tornar-se-iam mais lascivas. Aristóteles muito se espantaria se vivesse em nossa contemporaneidade!

- quanto aos moços, a breve vida sexual também deveria ser evitada, pois retardaria o seu crescimento, uma vez que o “licor prolífico” (sêmen) ainda não estaria completamente elaborado;

- a idade ideal para o casamento das mulheres seria aos 18 anos de idade, e 37 anos para os homens, onde os filhos deveriam nascer na média entre o começo do casamento e antes do declínio da força da idade (70 anos). O controle é tão acirrado, que Aristóteles determina até a melhor estação do ano para que a criança nascesse (inverno), bem como o vento favorável para o ato sexual (vento norte);

- quanto à união conjugal, estabelece que tanto homem quanto mulher não tenham constituição física nem atlética, nem doentia, mas de compleições variadas;

- durante a gestação, as mulheres deveriam sair da ociosidade, tendo como exercício a visitação diária dos deuses honrados para geração para receberem a impressão do bem, pois Aristóteles cria que no ventre as crianças recebiam a impressão do bem e do mal;
- nenhuma criança que nascesse mutilada deveria viver;
- deveria ser determinado por lei o número de filhos que um casal poderia ter e, caso a lei não fosse respeitada, as mães deveriam ser forçadas ao aborto, pois segundo a visão aristotélica “isto é supressão perdoável e não atrocidade”;
- o adultério após o casamento é punido como crime.

3. O PROCESSO EDUCATIVO

Após o nascimento, o alimento indispensável ao bebê deve ser impreterivelmente o leite (com certeza o leite materno) e desde o seu nascimento, a criança deveria ser acostumada ao frio, pois, segundo o estagirita, este alimento favorece a saúde e dispõe às funções militares. Desta maneira, cria que “qualquer que fosse a prática que se queira acostumar-las deve-se começar desde a mais tenra infância”. O processo educativo, em primeira instância, dar-se-ia informalmente até os 7 anos de idade e dos 7 anos em diante, o processo formal. De forma concisa identificamos três momentos básicos do processo educativo imprescindível à vida do homem de bem, momentos esses que deveriam ser respeitados e vividos para se evitar a formação de sujeitos indolentes e não afeiçoados aos direitos e deveres sociais instituídos pelo soberano, a saber, 1) pós-nascimento aos 5 anos de idade; 2) a educação doméstica até os 7 anos; e 3) a educação pós-7 anos de idade.

3.1 Pós-nascimento aos 5 anos de idade

Nenhum tipo de aprendizagem ou trabalho deveria ser ensinado às crianças até os 5 anos de idade, pois certamente isto “prejudicaria seu crescimento”. O que poderia ser feito é “man-

tê-las em movimento para preservar seus corpos da preguiça e do peso. O movimento consistia apenas das funções da vida e brincadeiras, tomando-se muito cuidado para não torná-las desonestas, nem cansativas ou lentas”.

Aos *paedonomos* (professores) cabia orientar as crianças quanto às fábulas e conversas, preparando-os para um dia exercerem atividades próprias, quando chegasse a hora. A estes mestres cabia impedir muita conversa e familiaridade, principalmente com os escravos, para que cada um estivesse no seu “devido lugar sem se misturar”.

3.2 A educação doméstica até os 7 anos

A educação nesta fase deveria afastar da criança tudo o que ferisse o pudor (palavrões, pinturas, estátuas ou exibições que ferissem a moral, com exceção para os deuses que são adorados pelos pais). Qualquer pessoa que fosse surpreendida com atos indecentes perante crianças seria punida com desprezo e repreensão social. Para o estagirita, as primeiras impressões do mundo para a criança deveriam ser as melhores possíveis, dado o seu peso na formação do caráter.

3.3 A educação pós-7 anos de idade

A educação formal, propriamente dita, consistia de dois grupos, o primeiro começaria aos 7 anos, culminando com o seu término na puberdade; o segundo dar-se-ia partindo da puberdade até os 21 anos de idade. Aos jovens era proibida a participação em teatros e sobretudo em comédias, também em banquetes e bebedices até que chegassem à idade correta para isto, caso os jovens viessem a participar desses eventos, estariam entregues às “más impressões, principalmente as que levam ao atrevimento e a maldade”, e exatamente por isso que eles deveriam ser afastados destes. Aristóteles considerava a educação “como o agente que completa o ser humano”.

3.4 Caráter público e objeto da educação

Aristóteles preconizava que a educação é obrigação do legislador e deve tomar como modelo a forma de governo deste (Oligarquia ou Democracia / não importa a forma, se os “costumes do governo forem bons, o governo também o é”).

Até Aristóteles, a educação grega era doméstica, entretanto, ele aponta para a necessidade desta vir a ser pública, feita em comum, pois, segundo sua concepção, cada cidadão era propriedade do Estado (ninguém é de si mesmo) e parte do mesmo, e o governo de cada parte deve ter como modelo o governo do todo.

Partindo de uma crítica de sua época, Aristóteles propõe que a educação deve ter como objeto:

- entre as coisas úteis, aprender as necessárias, mas não todas (diferenciação entre profissões honestas das não liberais);

- o ensino das profissões deve se limitar àquelas (honestas – diga-se as não braçais) cujo exercício não é aviltante e, ao mesmo tempo, considerar “vis” toda a arte e ciência que tornam o corpo incapaz para o exercício e a prática da virtude (coisas boas). Em outras palavras, o trabalho intelectual deve ser honrado e os braçais desprezados;

- estudar as ciências, mas não entregar-se completamente ao estudo de certas ciências, pois pode ser nocivo às graças da imaginação;

- preparar o homem para que perceba que o que se faz para si mesmo (ensino ou trabalho) ou para se adquirir mérito por conta própria é conveniente. Mas se for para os outros (o mérito), esse trabalho e ensino tornam-se mercenário e vil.

3.5 O papel da música na educação

Na época aristotélica, o ensino às crianças era dividido em quatro momentos, seguindo-se tal ordem: 1º) as letras; 2º) a gi-

nástica; 3º) a música; e 4º) a pintura. A escrita (ou as letras) teria como objetivo preparar para o comércio e a administração doméstica; a pintura, para que se desenvolvesse mais a sensibilidade artística e se pudesse julgar melhor as obras dos artistas; a ginástica, para ajudar a saúde e o desenvolvimento da força física preparando o indivíduo para o atletismo ou para a guerra; e a música, para a dignidade e repouso (Aristóteles a chama de “o princípio de todos os encantos da vida”), isto é, para se utilizar bem o lazer. O raciocínio de Aristóteles é o seguinte: “Um dos fins do trabalho é a felicidade e esta acompanhada de prazer, assim o prazer do homem de bem deve ser buscado na música, que é a diversão mais conveniente para as pessoas livres”.

Aristóteles considera a música uma “excelente parte da educação e que deve ser ensinada a criança; senão como necessária e útil para ganhar a vida, pelo menos como liberal e honesta”.

3.6 Os limites da ginástica

Aristóteles afirma que a educação baseada somente em exercícios físicos deforma a pessoa e a impede de crescer, além de embotar sua mente, preparando-a tão somente ou para a guerra ou para guarda-costas na vida civil, ao que ele chama de “a menor de todas as funções”. A sua justificativa é que “não são necessariamente os mais ferozes e os mais treinados fisicamente que são os vitoriosos na luta pela vida”.

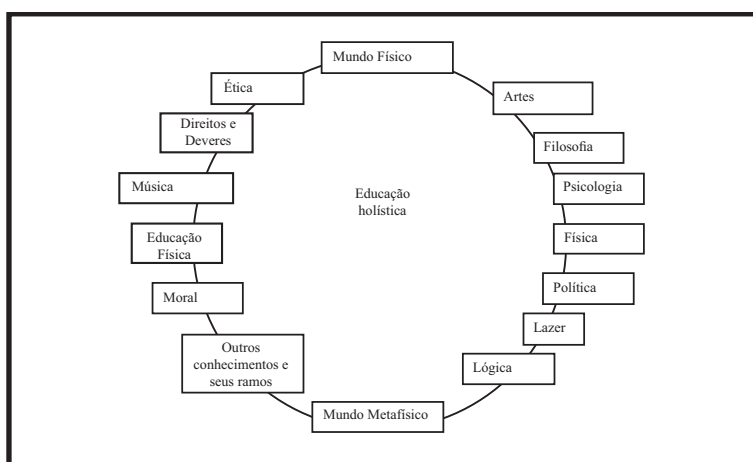
A ginástica, afirma ele, deve ser ensinada, mas a honestidade deve ter a primazia na educação da juventude. Até a puberdade deve-se aplicar exercícios leves, sem excessos de alimentação, nem aos trabalhos violentos, pois isto pode impedir o crescimento.

Segundo sua visão, somente depois de passados três anos da puberdade, quando o corpo já estaria bem formado, aí sim seguir-se-ia às leis do ginásio; pois, se fosse de outra maneira, o corpo e o espírito seriam atormentados ao mesmo tempo, um impedindo o outro de se desenvolver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caracteriza toda a obra aristotélica o caráter holístico do homem, “do ser enquanto ser”, do homem que está sempre em relação com..., da mesma sorte, o estagirita tece seu entendimento do mundo físico e metafísico como objetos congruentes e indissociáveis. De forma especial com a educação este cuidado é dobrado, de tal forma que Aristóteles preconiza que a educação complementa o homem como espécie, em outras palavras, o torna homem, o torna capaz de perceber o mundo e interagir nele e com ele, de ver a história, viver a história, “mover a história e mover-se com a história”, como nos apresenta a Figura 1.

Figura 1



Hoje podemos afirmar que, de forma geral, o ensino necessita ser pensado holisticamente, formando o indivíduo pensante, não somente o técnico, não somente o profissional, mas realmente o “ser enquanto ser”, por isso resgatamos a Aristóteles para essa reflexão, é claro que não estamos defendendo o retorno aos usos e costumes de sua época, entretanto, frente ao mun-

do globalizado e em processo de globalização, todo o sistema educacional brasileiro, em todos os seus níveis, deve se preparar e deve preparar planejamentos e ações efetivas que considerem a formação holística como meta primordial, preparando o homem para exercer o seu mais legítimo direito de viver em relação com o outro, com a coletividade e com o mundo, disponibilizando para isso todos os meios disponíveis de formação e informação.

REFERÊNCIAS

- ALLAN, D.J. *A filosofia de Aristóteles*. Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FLORIDO, J. (coord.). *Os pensadores: Aristóteles*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- HESSER, J. *Teoria do conhecimento*. Tradução de Antonio Correia. 8. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1987.
- MORRALL, J. B. *Aristóteles: pensamento político*. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- PEREIRA, O. J. *Aristóteles: o equilíbrio do ser*. São Paulo: FTD, 1990.
- REALE, G. *Introducción a Aristóteles*. Barcelona: Editorial Herder, 1985.
- ROHDEN, L. *O poder da linguagem: a arte retórica de Aristóteles*. Coleção Filosofia-54. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.